



**LEI Nº 571/2013-GABINETE-PGMP**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ESTATUTO  
DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
NO MUNICÍPIO PARINTINS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O senhor **CARLOS ALEXANDRE FERREIRA SILVA**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 28 de agosto de 2013, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

**L E I:**

**Art. 1º.** As relações entre os usuários dos serviços e ações de saúde e o Município reger-se-ão pela presente Lei.

**Art. 2º.** A prestação dos serviços e das ações de Saúde a usuário de qualquer natureza ou condição, no âmbito do Município, será universal e igualitária, nos termos da Constituição da República, observando-se os dispositivos da Lei Orgânica do Município de Parintins – pertinentes à Saúde.

**Art. 3º.** São direitos do usuário dos serviços de Saúde no Município:

- I – atendimento digno, atencioso e respeitoso;
- II - identificação e tratamento pelo nome ou sobrenome, vedada a identificação ou tratamento por números, códigos, de modo genérico desrespeitoso ou preconceituoso;

Publicado no Quadro Legal de Aviso da  
Prefeitura Municipal de Parintins  
Em 11.09.13 nos termos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro  
procuradoriapin@gmail.com  
Parintins-Amazonas



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



III - sigilo sobre seus dados pessoais, com a manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública;

IV - identificação dos responsáveis direta ou indiretamente por sua assistência, por meio de crachá visível, legível e que contenha, pelo menos, o nome do profissional e da função na instituição;

V - recebimento de informação clara, objetiva e compreensível sobre:

- a) hipóteses diagnósticas;
- b) diagnósticos realizados;
- c) exames solicitados;
- d) ações terapêuticas;
- e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
- f) duração prevista do tratamento proposto;
- g) em caso de procedimento de diagnóstico e terapêutico invasivo, a necessidade ou não de anestesia, o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas, os efeitos colaterais, os riscos e as consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;
- h) exames e condutas a que será submetido;
- i) finalidade da coleta de material para exame; e
- j) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes, no serviço de atendimento ou em outros serviços;

VI - consentimento ou recusa por escrito, de forma livre, voluntária e esclarecida, com adequada informação, a procedimentos diagnósticos ou terapêuticos, assistência psicológica ou social;

VII - consentimento ou recusa a assistência moral ou religiosa;

VIII - acesso, a qualquer momento, ao seu prontuário médico;

IX - recebimento do diagnóstico e do tratamento indicado, por escrito, com a identificação do nome do profissional e de seu número de registro no órgão de regulamentação e controle da profissão;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



X - recebimento da receita médica:

- a) com o nome genérico das substâncias prescritas;
- b) datilografada, digitada ou em letra legível;
- c) sem a utilização de código ou abreviatura;
- d) com o nome e a assinatura do profissional e o seu carimbo com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, e;
- e) datada, com posologia e dosagem;

XI - conhecimento da procedência do sangue e dos seus derivados;

XII - conhecimento de anotação realizada, em seu prontuário, principalmente se esteve inconsciente durante o atendimento:

a) da medicação utilizada com as dosagens respectivas, propedêutica, diagnóstico ou hipótese de diagnóstico; e

b) do registro da quantidade de sangue recebida e dos dados que permitiam identificar a sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;

XIII - recebimento do sumário de alta com informações sobre o período de internação;

XIV- garantia, durante consulta, internação, procedimento diagnóstico e terapêutico e na satisfação de suas necessidades fisiológicas, de:

- a) integridade física;
- b) privacidade;
- c) individualidade;
- d) respeito aos seus valores éticos e culturais;
- e) confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;
- f) segurança do procedimento; e
- g) integridade psicológica.
- h) humanidade.

XV - acompanhamento, se assim o desejar, em consulta e internação, por pessoa por ele indicado, de acordo com a Legislação Federal;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



XVI – presença assegurada do pai do bebê ou acompanhante escolhido pela gestante, em exame pré-natal e durante o parto;

XVII - recebimento, por parte do profissional competente, de auxílio imediato e oportuno para a melhoria de seu conforto e bem-estar;

XVIII - realização do atendimento em local digno e adequado;

XIX - recebimento, prévia e expressamente, de informação, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, conforme legislação em vigor;

XX - recebimento de anestesia em todas as situações indicadas;

XXI - recebimento de sangue nas situações indicadas, mesmo que o número de doadores requerido pela instituição de saúde não tenha sido atingido; e

XXII - recebimento, quando internado, de visita de médico que não pertença àquela unidade hospitalar, facultado ao profissional o acesso ao prontuário.

Parágrafo único - O prontuário de criança, ao ser internada, conterà a relação das pessoas que poderão acompanhá-la durante o período de internação desde que haja consenso com os familiares.

Art. 4º - É vedado a serviço público de Saúde e a entidade pública ou privada, conveniada ou contratada pelo Poder Público:

I - realizar, proceder ou permitir qualquer forma de discriminação aos usuários dos serviços de Saúde; e

II - manter acesso diferenciado para usuário do Sistema Único de Saúde - SUS - e qualquer outro usuário, em face de necessidade de atendimento semelhante, obedecendo-se ao princípio da equidade.

Parágrafo único - O direito à igualdade de condições de acesso e serviço, a exame, a procedimento e à sua qualidade, nos termos desta Lei, é extensivo à autarquia, a instituto, a fundação, hospital universitário e a demais entidades públicas ou privadas que recebam recursos do SUS.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



**Art. 5º.** O descumprimento do disposto nesta Lei implica a aplicação de sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**Parágrafo único** - Qualquer pessoa é parte legítima para comunicar os casos de descumprimento desta Lei ao Conselho Municipal de Saúde, ao Ministério Público, à Secretaria Municipal de Saúde, à Câmara Municipal e a demais órgãos competentes.

**Art. 6º.** Ficam os estabelecimentos de Saúde obrigados a manter esta Lei afixada em local visível.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins, 04 de setembro de 2013.

**CARLOS ALEXANDRE FERREIRA SILVA**  
Prefeito Municipal de Parintins